







org.br), no site do Serviço Funerário do Município de São Paulo (www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/servicos/servico\_funerario/) e no Diário Oficial da Cidade de São Paulo – DOC (www.docidadaesp.imprensaoficial.com.br/) podendo a Cetra Concursos e o Serviço Funerário do Município de São Paulo, facultativamente utilizarem de outros meios de comunicação para a sua divulgação;

13.1.1. O acompanhamento das publicações, Editais, avisos e comunicados referentes ao item anterior é de responsabilidade exclusiva do candidato;

13.2. Serão publicados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo – DOC apenas os resultados dos candidatos que lograrem classificação no Concurso Público;

13.3. Será fornecido aos candidatos habilitados Certidão de Aprovação no Concurso Público, através dos correios, após e de acordo com a homologação publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo – DOC;

13.4. A inexistência de afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da nomeação, acarretarão a nulidade da inscrição e desqualificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal cabíveis;

13.5. Caberá à Superintendente do Serviço Funerário do Município de São Paulo a homologação dos resultados finais do Concurso Público;

13.6. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado;

13.7. O candidato se obriga a manter atualizados seus endereços, residencial e eletrônico:

a) até a data de publicação da homologação do Resultado Final do certame, perante a Cetra Concursos, situada à Av. Paulista, 2001 - 13º andar - Cerqueira César - São Paulo/SP, CEP: 01311-300, via Sedex ou AR;

b) Após a homologação do Resultado Final do certame, o candidato, desde que aprovado, deverá manter atualizado junto ao Serviço Funerário do Município de São Paulo, sito à R. da Consolação, 247 – 5º Andar - Consolação, São Paulo - SP, CEP. 01301-903, pessoalmente, em atendimento à Lei Municipal nº 11.606/94;

13.8. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público e à apresentação para nomeação e exercício correrão às expensas do próprio candidato;

13.9. O Serviço Funerário do Município de São Paulo e a Cetra Concursos não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público;

13.10. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do Concurso Público do Serviço Funerário do Município de São Paulo e pela Cetra Concursos, no que tange à realização deste Concurso Público;

13.11. O prazo de validade do presente Concurso Público será de 02 (dois) anos, contados das datas de publicação do Edital de Homologação do Resultado Final, podendo ser prorrogados por até igual período, a critério do Serviço Funerário do Município de São Paulo.

São Paulo, 08 de março de 2016.

LUCIA SALLES FRANÇA PINTO  
Superintendente  
Serviço Funerário do Município de São Paulo  
ANEXO I  
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO  
LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentidos próprio e figurado. Ortografia. Pontuação. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, artigo, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordâncias verbal e nominal. Regências verbal e nominal. Crase. Sintaxe. Morfologia. Colocação pronominal.

MATEMÁTICA  
Problemas e operações com números naturais e fracionários: adição, subtração, multiplicação e divisão. Sistema de medidas. Sistema monetário brasileiro. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Juros simples. Razão e proporção. Equação de primeiro e segundo graus. Resolução de situações-problema.

CONHECIMENTOS DO PACOTE OFFICE  
Microsoft Office Word 2007, Microsoft Office Excel 2007 e Microsoft Office Outlook 2007.

CONHECIMENTOS GERAIS E REALIDADES MUNICIPAIS  
Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais veiculados nos últimos 12 (doze) meses, a contar da data de realização da prova, em meios de comunicação de massa, como jornais, rádio, Internet e televisão sobre política, economia, cultura, elementos sociais e Direitos Humanos. História e Geografia do Município de São Paulo.

Política Pública: conceito; relação entre política e política pública; análise de políticas públicas. Modelos de tomada de decisão em políticas públicas: incremental, racional e suas variantes. Tipos de política pública: distributivas, regulatórias e redistributivas. Políticas públicas e suas fases: formação da agenda, formulação, implementação, monitoramento e avaliação. Controle social: transparência e participação social; novos arranjos de políticas. Políticas Públicas no Brasil.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS  
\* Arte tumular: visitas guiadas ao Cemitério da Consolação; costumes e rituais funerários na Antiguidade; história e arte no Cemitério da Consolação. Programa Memória & Vida. Agência Funerária Móvel. História dos Cemitérios do Município de São Paulo. Ações e Programas (Metas para 2015-2016). Plano Diretor (Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014). Cemitério: espaço de lazer e de cultura. Cemitérios: fontes de contaminação ambiental? Organização do Serviço Funerário (Ato 326 de 21 de março de 1932) – <http://cmspbdoc.inf.br/iah/fulltext/atosgovernoprovvisorio/AGP0326-1932.pdf>; Reorganização do Serviço Funerário (Lei nº 8.383, de 19 de abril de 1976) – [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/Servidores%20-20Estatuto\\_1265987442.pdf](https://leismunicipais.com.br/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1976/838/8383/lei-ordinaria-n-8383-1976-reorganiza-o-servico-funerario-do-municipio-de-sao-paulo-e-da-outras-providencias; Estatuto do Servidor do Município de São Paulo (Lei nº 8.989 de 29 de outubro de 1979) – <a href=); Código de Conduta Funcional dos Agentes Públicos e da Alta Administração Municipal (Decreto nº 56.130, de 26 de maio de 2015).

ANEXO IV  
MODELO DE AUTODECLARAÇÃO NEGRO, NEGRA OU AFRODESCENDENTE

MODELO DE AUTODECLARAÇÃO DE QUE É NEGRO, NEGRA OU AFRODESCENDENTE

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, DECLARO, para fins de participação das vagas destinadas às COTAS RACIAIS no Concurso Público, Edital nº 01/2016, para Ingresso no Cargo de Assistente de Gestão de Políticas Públicas - AGPP, que sou ( ) negro, ( ) negra ou ( ) afrodescendente, da cor preta ou parda, conforme as categorias estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Estou ciente de que, na hipótese de constatação de declaração falsa, serei eliminado do Concurso e, se houver sido nomeado(a), ficarei sujeito(a) à nulidade da nomeação e posse no cargo, após procedimento administrativo no qual me será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, conforme previsto no § 2º, do Artigo 4º do Decreto Municipal nº 54.949, de 21 de março de 2014.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura do Candidato

ANEXO V  
COMUNICADO COGEP - GAB 021/2015, PUBLICADO NO DOC DE 12.12.2015  
COMUNICADO COGEP - GAB 021/2015, PUBLICADO NO DOC DE 12.12.2015  
PROTOCOLOS TÉCNICOS DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO SERVIDOR – DESS – REVISÃO DE 2015

Em atenção ao princípio da transparência, o Departamento de Saúde do Servidor (DESS) e a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP) da Secretaria Municipal Gestão (SMG) tornam público à atualização dos Protocolos Técnicos utilizados pelo Departamento de Saúde do Servidor (DESS) para: exames médicos periciais de Ingresso, concessão de Licenças Médicas, caracterização de Acidente e Doença do Trabalho, avaliação de Readaptação Funcional, avaliação para a Aposentadoria por Invalidez, concessão de Isenção de Imposto de Renda, Pensão Mensal e Salário Família.

CONSIDERANDO QUE:  
- o objetivo do exame médico-pericial de Ingresso é avaliar a capacidade física e mental do candidato para exercer as atividades para as quais está se propondo, tendo em conta os riscos inerentes a cada cargo e o prognóstico de algumas patologias estabelecendo critérios únicos para todos os candidatos;  
- o objetivo das perícias médicas para Licença Comum e por Acidente de Trabalho é avaliar o servidor e conceder o afastamento das suas funções pelo tempo necessário para que recupere sua capacidade laboral, independente do período de tratamento e/ou cura da patologia em questão;  
- o objetivo das avaliações de Readaptação Funcional é restrição do rol de atividades inerentes ao cargo/função do servidor;  
- o objetivo das avaliações de Aposentadoria é a verificação da incapacidade laborativa para o serviço público;  
- o objetivo das avaliações para Pensão Mensal e Salário Família é a verificação da incapacidade para o trabalho antes do óbito do servidor e antes da maioria das respectivas;

- o objetivo das avaliações para Isenção de Imposto de Renda é o enquadramento da patologia apresentada nas leis federais que regularizam o assunto;  
Foram elaborados estes Protocolos Técnicos pelos médicos do trabalho e especialistas nas diversas áreas do Departamento de Saúde do servidor, com base em documentos e publicações técnico-científicas atuais, bem como em dados epidemiológicos do Departamento.

Os parâmetros estabelecidos neste protocolo subsidiam o perito na produção do respectivo laudo pela análise específica de cada caso.

I - PROTOCOLOS PARA EXAMES MÉDICO-PERICIAIS PARA INGRESSO  
Os protocolos técnicos a seguir referem-se às principais patologias geradoras de inaptidão nos exames médicos de ingresso.

Considera-se que o objetivo do exame médico admissional de ingresso é avaliar a capacidade física e mental do candidato para exercer as atividades para as quais está se propondo, tendo em conta os riscos inerentes a cada cargo e o prognóstico de algumas patologias apresentadas pelos candidatos.

Os critérios foram estabelecidos também, levando-se em consideração a função que o candidato irá exercer e os dados epidemiológicos que apontaram patologias responsáveis por licenças prolongadas, readaptações funcionais e aposentadoria precoce por invalidez.

Importante salientar que o "Protocolo do Ingresso" poderá ser complementado por diretrizes específicas e soberanas, que constem em editais de concurso para ingresso nos quadros funcionais em seus diversos cargos dentro da Municipalidade de São Paulo.

OBSERVAÇÃO:  
-Os candidatos portadores de necessidades especiais e que tenham se inscrito dentro da cota de deficientes, terão suas deficiências caracterizadas através de exame médico pericial especializado do DESS, conforme Lei do Deficiente 13.398/2002 (que dispõe sobre o acesso de pessoas portadoras de deficiência a cargos e empregos públicos da Prefeitura do Município de São Paulo);

-A compatibilidade da Deficiência Física (caracterizada conforme os critérios descritos acima) com a função / cargo pleiteado, será avaliada por uma "Comissão de Compatibilidade" designada pelo Secretário da Pasta responsável pelo Concurso e publicada em Diário Oficial da Cidade de São Paulo - DOC;  
-O candidato que tiver sua deficiência compatibilizada com a função / cargo, será submetido ao exame médico pericial de ingresso para avaliação da sua condição de saúde não relacionada à deficiência;

- São consideradas funções de risco para alterações oftalmológicas: GCM, Motorista ou Operador de máquinas de grande porte, estes candidatos NÃO poderão ingressar pela Lei do Deficiente Físico (Visual) e também não poderão ser daltônicos ou amblíopes.

A - EXAME MÉDICO PERICIAL GERAL  
O candidato será considerado INAPTO, nos casos em que apresentar:  
a) cicatrizes e/ou deformidades diversas que levem à limitação funcional para a função pleiteada;  
b) tatuagens que afetem o decoro como agente público tais como as que apresentem símbolos e/ou inscrições alusivos a Ideologias terroristas ou extremistas, contrárias às instituições democráticas ou que preguem a violência e a criminalidade; discriminação ou preconceitos de raça, credo, sexo ou origem; idéias ou atos libidinosos; idéias ou atos ofensivos às Instituições oficiais que esteja (m) aplicada (s) em extensa área do corpo ou na face;

c) cirurgias que reduzam a capacidade física e vital para a função pleiteada;  
d) doenças clínicas incuráveis ou progressivas, ou que tenham deixado sequelas limitantes para função;  
e) doenças infecto-contagiosas em atividade e com limitação ou risco para si no desempenho da função;  
f) doenças da pele não controladas ou não tratadas: eritema, anêmia, microangiopatia, arteriosclerótica e neurotrófica, colagenoses: lúpus eritematoso sistêmico, dermatomiosite, esclerodermia, micoses profundas; Hanseníase;  
g) processo hemorroidário para as funções de risco para esta patologia, por exemplo, motoristas  
h) o candidato ainda será considerado INAPTO, nos casos em que apresentar alteração em exame complementar que represente qualquer condição incapacitante.

B - EXAME ORTOPÉDICO  
O candidato será considerado INAPTO, nos casos em que apresentar as alterações seguintes incompatíveis com a função em especial nas funções de risco (Operador de máquinas de grande porte, Guarda Civil Metropolitano, Professor de Educação Física):

a) perda de substância óssea com redução da capacidade motora;  
b) instabilidades articulares tipo luxações recidivantes ou habituais e instabilidades ligamentares isoladas ou generalizadas de qualquer etiologia;  
c) desvio de eixo fisiológico do aparelho locomotor, como sequelas de fraturas, cifoses superiores a 45 graus, escoliose superior a 10 graus, espondilólise e espondilolistese de natureza congênita ou adquirida, deformidade da cintura escapular, do cotovelo, punho ou mão e dos dedos; discopatia da coluna vertebral; caracterizadas por quadros algícos prévios ou que tenham requerido tratamento especializado e ou afastamento.  
d) cirurgias prévias da coluna para fraturas, discopatia, espondilolistese, infecção ou correção de desvios;  
e) desvios do tornozelo e articulações subtalar, desvios das articulações médio-társicas e do ante pé;  
f) pré-existência de cirurgia no plano articular

g) obliquidade pélvica com ou sem discrepâncias de comprimento dos membros inferiores genuVarun ou Valgun com repercussão sobre o eixo fisiológico corporal.  
h) alterações congênicas e sequelas de osteocondrites  
i) doença infecciosa óssea e articular (osteomielite) ou sequelas que levem à redução significativa de mobilidade articular, da força muscular e com alteração de eixo que comprometa a força e a estabilidade das articulações; alteração óssea que comprometa a força e a estabilidade dos membros superiores e inferiores; discopatia; fratura viciosamente consolidada; pseudoartrose; doença inflamatória e degenerativa ósteo-articular; artropatia de qualquer etiologia; tumor ósseo e muscular; distúrbios osteo musculares relacionados ao trabalho ou lesões por esforços repetitivos.

C - EXAME NEUROLÓGICO  
O candidato será considerado INAPTO, nos casos em que apresentar as seguintes alterações incompatíveis com a função, em especial as funções de risco (Operador de máquinas de grande porte, Guarda Civil Metropolitano):

a) Alterações neurológicas, ou sequelas do tipo: paralisias totais ou parciais, atrofia e distrofias musculares, perdas de sensibilidade e epilepsia  
b) infecção do sistema nervoso central; doença vascular do cérebro e/ou da medula espinhal; síndrome pós-traumatismo craneoencefálico, distúrbio do desenvolvimento psicomotor; doença degenerativa e heredo-degenerativa; distrofia muscular progressiva; doenças desmielinizantes.

D - EXAME PULMONAR  
O candidato poderá ser considerado INAPTO nas funções de risco (Operador de máquinas de grande porte, Guarda Civil Metropolitano, Professor de Educação Física) nos casos em que apresentar:

Distúrbio da função pulmonar. O candidato deverá, no ato da perícia, apresentar os exames subsidiários pertinentes à sua patologia.

O perito poderá solicitar mais exames que subsidiem sua conclusão (Rx tórax, provas de função pulmonar, saturação de O2).

Nos casos duvidosos o candidato poderá ser encaminhado para parecer de especialista.

E - EXAME CARDIOVASCULAR  
O candidato será considerado INAPTO, nos casos em que apresentar:

a) Insuficiência cardíaca congestiva em Classe Funcional III ou IV da NYHA; e em classe funcional I e II para funções que exijam esforço físico. Todos os candidatos com estes diagnósticos deverão ser avaliados por especialista em cardiologia do DESS.  
b) doença coronariana não compatível com funções que exijam esforço físico, miocardiopatias, hipertensão arterial sistêmica (parâmetros abaixo), hipertensão pulmonar; pericardite;  
c) cardiopatia congênita, (ressalvada a CIA, a CIV e a PCA corrigidos cirurgicamente, e alterações da válvula aórtica bicúspide, que não promovam repercussão hemodinâmica); valvulopatia adquirida, (ressalvado o prolapso de válvula mitral com ausência de repercussão funcional);  
d) arritmia cardíaca: ressaltados os candidatos considerados aptos pelo especialista do DESS;  
e) Insuficiência venosa periférica – varizes (parâmetros abaixo); linfedema; fistula arterio-venosa; angiodisplasia; arteriopatia oclusiva crônica;  
f) arteriosclerose obliterante, tromboangiíte obliterante, arterites; arteriopatia não oclusiva - aneurismas, mesmo após

ANEXO II  
REQUERIMENTO DE INCLUSÃO E USO DO "NOME SOCIAL"

REQUERIMENTO DE INCLUSÃO E USO DO "NOME SOCIAL"

Nos termos do artigo 2, "caput", do Decreto Municipal nº 51.180, de 14 de janeiro de 2010, eu, \_\_\_\_\_, (nome civil do interessado), portador de Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, inscrito no Concurso Público, Edital 01/2016 para Ingresso no cargo de Assistente de Gestão de Políticas Públicas - AGPP, solicito a inclusão e uso do meu nome social (\_\_\_\_\_) (indicação do nome social), nos registros municipais relativos aos serviços prestados por esse órgão ou unidade.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura do candidato

ANEXO III  
DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE RENDA FAMILIAR

DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE RENDA FAMILIAR

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, DECLARO, para fins de isenção do pagamento do valor da taxa de inscrição no CONCURSO PÚBLICO, Edital nº 01/2016, de INGRESSO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE ASSISTENTE DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – AGPP, que a composição de minha renda familiar corresponde ao discriminado no seguinte quadro:

NOME COMPLETO	GRAU DE PARENTESCO	DATA DE NASCIMENTO	REMUNERAÇÃO MENSAL EM R\$	CPF

Estou ciente de que poderei ser responsabilizado criminalmente, caso as informações aqui prestadas não correspondam à verdade.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura do candidato

